

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA – INHIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ARTHUR MONTEIRO GALHARDI
MATRÍCULA: 12111HIS245**

**EDUCAÇÃO ANARQUISTA E O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO NO
INÍCIO DO SÉCULO XX: PERSPECTIVAS ACERCA DO FOLHA DO POVO (1908-
1909) E A PLEBE (1917-1919).**

**UBERLÂNDIA
2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA – INHIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ARTHUR MONTEIRO GALHARDI
MATRÍCULA: 12111HIS245**

**EDUCAÇÃO ANARQUISTA E O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO NO
INÍCIO DO SÉCULO XX: PERSPECTIVAS ACERCA DO FOLHA DO POVO (1908-
1909) E A PLEBE (1917-1919).**

Este artigo apresenta a pesquisa que foi desenvolvido ao longo das disciplinas de trabalho de conclusão de curso I e II (TCC), para a finalização do curso de História, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais.

**UBERLÂNDIA
2024**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

G155 2024	<p>Galhardi, Arthur Monteiro, 2000- EDUCAÇÃO ANARQUISTA E O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX [recurso eletrônico] : PERSPECTIVAS ACERCA DO FOLHA DO POVO (1908- 1909) E A PLEBE (1917-1919). / Arthur Monteiro Galhardi. - 2024.</p> <p>Orientador: Sérgio Paulo Morais. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em História. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia.</p> <p>1. História. I. Morais, Sérgio Paulo ,1972-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em História. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 930</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

RESUMO

O artigo examina o papel da imprensa na emancipação cidadã no início do século XX, focando nos jornais "Folha do Povo" (1908-1909) e "A Plebe" (1917-1919). Investigando experiências educacionais no Brasil nesse período e sua relação com os movimentos operários na Primeira República, o estudo analisa como esses periódicos abordavam questões dos trabalhadores urbanos. Durante esse período, as mobilizações por melhores condições de trabalho foram impulsionadas por ideais progressistas, incentivando a organização sindical e a conscientização através de diversas formas, como comícios, debates e jornais independentes. A pesquisa destaca a importância dessas experiências para entender as tensões sociais e os conflitos de interesse da época, além de sua contribuição para o desenvolvimento de estratégias de luta eficazes.

Palavras-Chaves: Anarquismo; Educação Anarquista; Movimento Operário brasileiro; Pedagogia Anarquista; Primeira República Brasileira.

ABSTRACT

The article examines the role of the press in citizen emancipation at the beginning of the 20th century, focusing on the newspapers "Folha do Povo" (1908-1909) and "A Plebe" (1917-1919). Investigating educational experiences in Brazil during this period and their relationship with the workers' movements in the First Republic, the study analyzes how these periodicals addressed urban workers' issues. During this period, mobilizations for better working conditions were driven by progressive ideals, encouraging union organization and awareness through various forms, such as rallies, debates and independent newspapers. The research highlights the importance of these experiences for understanding social tensions and conflicts of interest at the time, in addition to their contribution to the development of effective fighting strategies.

Keywords: Anarchism; Anarchist Education; Brazilian Labor Movement; Anarchist Pedagogy; First Brazilian Republic.

1- Introdução.

O presente artigo tem como objetivo discutir algumas experiências de educação anarquista no Brasil, em especial as que se constituíram no início do século XX. Além disso, busca compreender a proposta pedagógica que foi desenvolvida pelos anarquistas, tendo como central entender as especificidades e a relação com os movimentos operários na Primeira República.

Através da análise de dois jornais que foram digitalizados pelo Arquivo Edgard Leuenroth, que é um centro de documentação presente na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Os jornais selecionados foram, o “Folha do povo” que foram veiculados principalmente nos anos de 1908 e 1909 e “A plebe” em que teve como editores Edgard Leuenroth e Florentino de Carvalho, sendo veiculado de 1917 a 1951. No caso, os dois periódicos abordavam diversos temas relacionados com os trabalhadores, em especial os que eram operários nas fábricas, por meio de relatos, denúncias, notícias acerca do que poderia afetar o cotidiano desses trabalhadores.

Além disso, os periódicos permitem analisar aspectos da concepção anarquista de educação. Esses veículos influenciaram a formação política de trabalhadores de várias categorias urbanas. No contexto anarquista, as concepções de educação são bastante heterogêneas, refletindo a pluralidade da realidade social. Cada autor tem sua própria interpretação sobre a melhor maneira de educar. No entanto, existem convergências, principalmente na busca pela liberdade e autonomia.

Por um lado, o anarquismo enquanto corpo de ideias poderia ser observado na composição dos postulados de cada um de seus teóricos. Este corpo, no entanto, nos parece demasiado artificial, na medida em que composto pelo pesquisador – ainda que não se possa pensar na objetividade absoluta do conhecimento e, em particular, do conhecimento histórico – mesmo tendo sido explicitados os critérios utilizados para dar homogeneidade entre os pensadores anarquistas franceses, ingleses, russos, entre outros. Por outro lado, tratar o anarquismo como um conjunto inarticulado de pensadores e seus sistemas, sem qualquer relação entre si, desestimularia qualquer esforço de caracterização, além de negligenciar os fatos mesmos da história dos movimentos e militantes socialistas, cujo contato, em muitos casos, não se pode negar. (Bauer; Costa, 2021, p.22).

Desse modo, pode-se compreender que não há apenas uma maneira de se entender a educação na perspectiva anarquista. Portanto, este estudo discutirá a instrução anarquista a partir das propostas de formação integral e racionalista, no que concerne à educação formal e informal. Calsavara e Moraes (2002) destacam três dimensões principais na concepção anarquista de educação. A primeira, formal, é mais sistematizada, desenvolvida em escolas. Já a segunda,

informal, provém das experiências cotidianas do trabalhador, como greves, jornais independentes e comícios, sendo menos sistematizada. A terceira, não-formal, é mais pontual, realizada em palestras, simpósios e exposições científicas, com a finalidade de compartilhar conhecimentos. Embora possa ser bem sistematizada, tem um aspecto mais específico.

Com isso posto, o artigo encontra-se dividido em duas etapas, a primeira que tem a finalidade de aprofundar o contexto histórico e as discussões em torno da temática de pedagogia anarquista. A segunda parte analisa as fontes e explora como a pedagogia anarquista pode se interconectar com os periódicos.

2- Contexto da Primeira República e o Movimento operário brasileiro e análise dos periódicos.

2.1 O movimento operário na Primeira República e a pedagogia anarquista.

A Primeira República brasileira é um período marcado por diversos conflitos sociais, como é apontado por Schwartz e Starling (2015) devido a reorganização que ocorria no poder, por causa da transição da monarquia para uma república. Desta forma, ocorreram mudanças em alguns aspectos sociais e econômicos no país, principalmente no que se refere as relações de trabalho, que começam a levantar debates sobre suas formas e modos de organização, sobretudo, no contexto do fim da escravização

No final do século XIX a imigração para o Brasil é intensificada devido a demanda por mão de obra, parcela desses imigrantes, migrou para os meios urbanos, buscando empregos em diversas áreas, principalmente nas fábricas. Evidencia-se o crescimento da população no Brasil nesse período. Com isso, esses imigrantes junto com uma parcela de trabalhadores nacionais começam a trabalhar nas fábricas e em outras ocupações rurais e urbanas.

A população brasileira cresceu a uma taxa média de 2,5% ao ano, enquanto a população das cidades com 50 mil ou mais habitantes subiu a 3,7%, e a das cidades com mais de 100 mil, a 3,1%. Por outro lado, se no primeiro decênio da República a população rural decresceu 2,2%, na área urbana ela aumentou 6,8%. A urbanização era uma realidade que vinha para ficar, e alterava rapidamente a feição do país. Apesar disso, a realidade nacional continuava eminentemente agrícola. (Schwarcz; Starling, 2015, p.326)

No final do século XIX e início do XX, a população das cidades do sudeste aumentou, impulsionando o crescimento industrial. A classe trabalhadora operária expandiu e surgiram várias organizações de trabalhadores. Seu objetivo era reivindicar direitos trabalhistas. Destaca-se, nesse período, os operários industriais, que segundo Matos (2009, p.36) no ano de 1920

representava de 13,5% do setor empregado nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Dentro desse contexto, o movimento operário buscava maior espaço de atuação para a defesa dos trabalhadores. De acordo com Sferra (1987, p.36), os motivos para as reivindicações giravam em torno das condições materiais precárias. Tais como a jornada de trabalho extensa e a falta de segurança dos trabalhadores nas fábricas. Com isso, ocorreram várias manifestações e diversas greves.

Nos primeiros anos do século, temos um momento de intensa e ascendente mobilização operária, com a ocorrência de sucessivas paralisações das diversas categorias de trabalhadores, nas quais as reivindicações são as mais diversas. (Sferra, 1987, p.8)

George Woodcock (2006) postula que o crescimento dos movimentos anarquistas, especialmente na Europa, ocorreu por meio de grupos de estudo sobre anarquismo. A influência predominante estava centrada nos pensadores anarquistas Proudhon e Bakunin. Na América Latina, a maioria dos grupos anarquistas se alia a sindicatos e movimentos operários. Eles formam os movimentos anarcossindicalistas, consolidados na maioria dos países latino-americanos.

Os anarquistas logo tornaram-se ativos na organização de artesãos e operários da indústria em toda a América do Sul e Central, e até o começo da década de 20 a maioria dos sindicatos no México, Brasil, Peru, Chile e Argentina seguia uma organização geralmente anarcossindicalista. (Woodcock, 2006, p.210)

Nestas organizações formadas, ideários como socialismo e anarquismo se destacavam. Ambos buscavam a emancipação dos proletários, mas diferiam enormemente na abordagem do objetivo revolucionário. Matos (2009) destaca a divergência em relação à via partidária. Os socialistas acreditavam na necessidade de um partido de vanguarda. Este teria o objetivo de conscientizar trabalhadores e promover a tomada do Estado pelos proletários. Já os anarquistas acreditavam que deveria haver a derrubada do Estado a partir de “ações diretas”, criadas por meio das greves, desta forma, a pressão das massas, constituiriam um clima de sublevação que levaria a emancipação dos trabalhadores.

Conforme Lopreato (1996, p.8), parte desses empregados acabam se orientando pelo ideário anarquista, buscando a emancipação dos funcionários e a destruição do sistema capitalista. O anarquismo teve um papel muito importante nesses movimentos, principalmente nas formas de organização e estratégias políticas. É importante enfatizar o papel dos sindicatos. Eles permitem que os trabalhadores se organizem, construindo pautas para reivindicação. Nesse período, os líderes sindicais estavam ligados ao anarcossindicalismo.

Recusando a via eleitoral-partidária e apostando tudo no conflito direto com o patronato, como forma de mobilizar e conscientizar os trabalhadores para a necessidade de transformação profunda da sociedade, os sindicalistas revolucionários – defensores de um sindicalismo de ação direta, inspirado no modelo francês –, quase sempre anarquistas, em especial na vertente mais tarde chamada de anarcossindicalista, tornaram-se as principais lideranças na primeira fase de organização de sindicatos. O caminho para a revolução, que geraria uma sociedade sem classes e sem Estado era, para esse grupo, a ação direta, cuja manifestação mais conhecida era a greve. (Matos, 2009, p.54).

Ademais, nota-se a articulação e construção desses trabalhadores para a melhoria de suas condições de trabalho. Além disso, as práticas anarquistas de organização levam a uma abordagem mais informal de educação para os trabalhadores das fábricas. A circulação de jornais, da panfletagem, dos comícios, na busca de obter uma emancipação desses trabalhadores através de uma politização, também na relação de autogestão.

Margareth Rago (1985) aponta um ponto central na luta dos operários brasileiros a partir de 1920: a autogestão. Esta implicava em maior autonomia nas funções dentro das fábricas, permitindo um papel mais ativo em todas as camadas. Ademais, ela abolia as distinções de posto nos estabelecimentos industriais. Pois, nesse período estava ocorrendo modificações nas fábricas, principalmente no que tange a questão de disciplina, buscavam trabalhadores mais dóceis e produtivos.

Assim, nos estabelecimentos industriais se intensificou a relação de controle, pois os donos desses locais de produção, por meio dos salários pagos aos empregados, faziam com que aqueles que recebiam mais vigiassem os outros. Muitos operários desafiavam a hierarquização nas fábricas devido a uma questão. Eles acreditavam que as discrepâncias salariais eram frequentemente uma forma de controle do patrão. Além disso, isso criava rivalidades entre os trabalhadores.

Dois pontos parecem fundamentais: primeiro, a percepção aguda de como os dominantes se utilizam de mecanismos sutis que instauram a divisão no interior da própria classe trabalhadora, inscrevendo uma linha divisória que afasta e opõe elementos de profissões diferentes. Segundo: a denúncia de que a diferenciação salarial constituiu outro dispositivo estratégico do poder visando impedir a articulação dos operários, pois incentiva o espírito de concorrência e a luta por objetivos estritamente pessoais. Assim questiona-se o argumento amplamente difundido de que a diferenciação dos salários obedeceria à lógica neutra e impessoal do mercado, demonstrando seu conteúdo político e não técnico. (Rago, 1985, p.50)

Com isso posto, pode-se compreender melhor as relações entre os trabalhadores das fábricas e os patrões, mas, também, a questão em torno do papel da educação em todo esse

processo. Portanto, alguns anarquistas propuseram ideias sobre uma educação direcionadora para futuros trabalhadores. Essa proposta poderia incentivar a emancipação coletiva, cultivando aspectos importantes para a vida humana, como liberdade e autonomia.

Os libertários não acreditavam que a educação poderia propiciar, por si só, um mundo melhor, eles lutavam pela educação popular por considerá-la parte fundamental do projeto de ruptura social. O compromisso do movimento era com uma transformação social e a educação poderia criar mentalidades e vontades libertárias que tivessem o poder de impulsionar o processo de mudança. (Felix, 2011, p. 07)

Nesse sentido, a construção de princípios educacionais para os anarquistas estava centrada na luta pelo fim das opressões que são postas no sistema capitalista. A educação consolida e cria percepções sobre a realidade. Os anarquistas criticavam a educação estatal, principalmente por acreditarem que não contemplava a classe trabalhadora.

A história da educação brasileira, tal como se apresenta, foi basicamente ‘alienante’, tanto na transmissão e construção do conhecimento, quanto na formação da cidadania. A educação sempre esteve articulada com os interesses dominantes, através de sua prática pretendia-se ‘salvar a Nação’, disciplinar o trabalhador, entre outros projetos. A educação pública destinava-se a não libertar os homens, a criar ‘cidadãos-soldados’ prontos para obedecer e defender a ordem estabelecida. A passividade e a acriticidade eram pontos fundamentais na educação das classes populares. (Felix, 2011, p. 06)

A partir dessa colocação, pode-se compreender que a pedagogia anarquista busca a construção da autonomia dos trabalhadores, em que está associada a relação da formação de uma visão mais crítica e do pensamento livre. No sentido, de um acesso aos conhecimentos científicos aliados a prática, assim podendo constituir uma nova visão de mundo, que pudesse atingir os objetivos de uma revolução social, calcadas na criticidade.

Conforme Sílvio Gallo (1995) discute, a pedagogia anarquista visa incentivar a liberdade e a autonomia, princípios fundamentais do anarquismo. Para os anarquistas, a liberdade é vista como coletiva. Este entendimento implica que a liberdade individual não termina quando se encontra com outro indivíduo. Ao contrário, ela é ampliada pela presença do outro.

Sendo assim, a visão de liberdade proposta pelos anarquistas acaba sendo um contraponto da visão liberal, pois está ligada mais ao coletivo do que apenas do caráter individual. Além disso, a ideia de construção de autonomia tem papel central na pedagogia libertária. Isso ocorre, pois, os anarquistas veem a educação como ação direta para a revolta e eventual revolução.

Portanto, para a libertação dos trabalhadores, o ensino exerceria uma função crucial, assim a procura por um aprendizado de caráter integral (intelectual e manual), visando uma instrução não alienante. Rodrigo Rosa da Silva (2013) argumenta que a educação integral tem como objetivo harmonizar a instrução prática com a intelectual. Segundo teóricos anarquistas como Mikhail Bakunin, Paul Robin e Francisco Ferrer Guardia, o trabalho é vital para a vida humana. Portanto, é crucial que o ensino formal desenvolva essa característica, mas também deve fortalecer o aspecto intelectual.

Para que haja uma proposta de ensino formal, é necessário priorizar a construção de saberes baseados na ciência. Durante o século XIX, quando essas questões foram formuladas e debatidas, a Igreja desempenhava um papel central na educação, buscando-se então, se desvencilhar do caráter religioso. A busca era por construir saberes que emancipassem os trabalhadores. Com o conhecimento técnico e científico, o sujeito poderia ser ensinado de forma integral. Assim, ao entrar no mercado de trabalho, não atuariam de forma alienante.

No campo pedagógico a grande novidade está em estabelecer o trabalho como um potencializador dos processos educativos. Proudhon entendia o trabalho como o fazer criativo que é próprio do ser humano, carregando uma dimensão racional e concreta, mas também uma dimensão artística. Para ele a experiência deve ser o ponto inicial para o aprendizado, pois a vivência, a observação concreta e a experimentação não há produção de conhecimento possível. Quando a escola torna-se um espaço de encontro entre o trabalho e a formação esse processo materializa-se no que se chamou, posteriormente, de escolas-oficinas. Nelas se poderia praticar a formação profissional, ao lado de uma sólida educação intelectual, criando assim sujeitos autônomos e com uma formação ampla, sem se fixar em produzir especialistas ou simples mão de obra para a indústria. (Silva, 2013, p.71)

A proposta pedagógica anarquista visava a emancipação do trabalhador pelo meio educacional. Conforme posto no excerto, ela abordava de maneira multifacetada, desenvolvendo os estudantes intelectual, cultural e tecnicamente. Tendo como fundamental, como apontado por Silva (2013), as relações construídas para e com os trabalhadores, assim constituindo uma educação mais plural do que as formuladas pela igreja e o ideário burguês.

Um dos teóricos capazes de aplicar um modelo anarquista à educação é o catalão Francisco Ferrer Guardia. Ele fundou a Escola Moderna, que funcionou limitadamente de 1901 a 1906. Segundo Gallo (2013), seu funcionamento foi interrompido devido às perseguições do governo espanhol, que destruiu e confiscou os materiais da escola. Um dos principais motivos residia nas propostas que o instituto de ensino apresentava, tendo o objetivo de que qualquer pessoa pudesse ter acesso à educação, a busca pela emancipação daqueles sujeitos. Além disso, a escola havia a coeducação dos sexos, no qual era um ponto defendido pelos anarquistas, pois tinham a concepção

de que o ensino devia ser ofertado para todos.

Moraes (2006) apresenta que, em 1912, a Escola Moderna nº1 foi fundada em São Paulo. Essa instituição baseou-se na escola moderna criada por Ferrer Guardia. Em 1909, a Confederação Operária Brasileira (COB) protestou contra a morte de Francisco Ferrer Guardia, que foi fuzilado. Nesse sentido, teve como primeiro diretor João de Camargo Penteado, depois sucedido pelo professor Florentino de Carvalho, sendo militantes anarquistas, buscando na escola os princípios defendidos por Guardia.

A Escola Moderna nº2 em São Caetano e outra funcionaram até 1919, como evidenciado por Moraes (2006). Ambas foram alvos de perseguição e acabaram fechadas, perdendo sua atuação. Depois de alguns anos, retomaram as atividades. No entanto, já não seguiam mais os princípios educacionais de Ferrer Guardia.

2.2 Pedagogia anarquista: análise e relações com os periódicos “Folha do Povo” e “A Plebe”.

A pedagogia anarquista é notável por sua ênfase na emancipação dos trabalhadores através da educação. Compreende-se que a educação desempenha relações amplas. Deve responder às interações humanas, desde o vínculo com o trabalho. Através do ensino técnico-prático, desenvolvem-se habilidades. Com as teóricas, abordam-se questões científicas. Por fim, as relações artísticas se conectam com as culturais.

Sendo assim, como posto anteriormente, a concepção de educação para os anarquistas desempenha vários sentidos e meios para a sua propagação. Os dois jornais analisados pertencem ao período da Primeira República. O "Folha do Povo" circulou de 1908 a 1909 e o "A Plebe", de 1917 a 1919. Embora "A Plebe" tenha durado até 1951, os anos escolhidos para a pesquisa são os mencionados.

Os dois periódicos ajudam a compreender a ação dos trabalhadores naquela época, através da divulgação e educação informal. Isso se aplica a jornais focados em militantes ligados a sindicatos e ao pensamento anarquista, como Edgard Leuenroth, ele era um anarquista que defendia um sindicalismo revolucionário (Batalha 2015), atuou em várias greves, principalmente durante a Greve Geral de 1917, e foi o principal editor de "A Plebe". Leuenroth também produziu para "Folha do Povo". Com isso, pode-se haver a possibilidade de que os jornais desempenhavam o papel educacional na lógica anarquista, principalmente pela busca de ação direta.

Segundo Sferra (1987), os periódicos anarquistas têm um papel importante para a divulgação do que ocorria nos interiores das fábricas, evidenciando as condições de trabalho existentes. O objetivo é conscientizar sobre a reivindicação de direitos através de greves e

boicotes. A ênfase é na ação direta para alcançar a emancipação e uma nova organização social.

“A Plebe” foi um jornal que, apesar de ter um forte teor sindical – preocupando-se na maior parte do período analisado com a organização das greves e dos sindicatos - também reservou espaços para falar de educação. Seus colaboradores compartilhavam da visão da imprensa como espaço privilegiado para o embate ideológico, que funcionaria, deste modo, como um instrumento pedagógico para a formação do proletariado, atuando. (Gonçalves; Nascimento; 2008, p. 361).

O excerto indica que os jornais A Plebe e A Folha do Povo compartilham o objetivo de alcançar os trabalhadores fabris, enfatizando o incentivo a ações como greves. Além disso, no âmbito educacional, não apenas menções e discussões sobre as pautas dos trabalhadores, mas há a busca pela construção de uma luta contra a imprensa de grande veiculação, em que acreditavam ser apenas uma extensão dos interesses da burguesia.

Nesse sentido, também havia o combate contra as igrejas e as atuações do Estado, pois como aponta Felix (2011), na visão dos anarquistas essas duas instituições são sustentadas pela burguesia. Com isso, nos dois periódicos há artigos a respeito do anticlericalismo, no qual no “A Plebe” houve em diversas publicações um tópico específico com artigos que tinham a função de questionar o papel da Igreja perante os trabalhadores.

Assim, Gonçalves e Nascimento (2008) destacam que muitos militantes anarquistas e anarcossindicalistas buscavam criar escolas e grupos de estudos. O objetivo era promover uma educação que emancipasse os trabalhadores e que se distanciasse dos valores burgueses. Assim, os jornais funcionavam como um canal de comunicação que buscava alcançar o maior número de operários, com o intuito de divulgar e propagar uma perspectiva de mundo mais crítica.

Desse modo, os jornais feitos pelos anarquistas acabavam sofrendo retaliações por parte do Estado, devido ao caráter de denúncia e questionamento do status quo. Diversas mobilizações e reivindicações são pautadas pelas práticas anarcossindicalistas. No entanto, os movimentos operários sofrem grande repressão do Estado. Isso ocorre de várias formas, como repressão policial em greves e comícios. Dada a presença de imigrantes nas fábricas, muitos deles participavam de comícios e incentivavam greves por melhores condições, conforme Matos (2009). Contudo, em resposta às revoltas, o governo criou a lei Adolfo Gordo para tentar minimizá-las.

A lei, apresentada por Lang (1989), foi criada por Adolfo Afonso da Silva Gordo ¹(1858

¹ Adolfo Afonso da Silva Gordo, formado em direito, atuou como político brasileiro filiado ao Partido Republicano Paulista (PRP), no qual destaca-se de sua carreira através das leis Expulsão de Estrangeiros

– 1929), um deputado da época. Ela proporcionava meios legais para extraditar imigrantes problemáticos para o país. O esforço para suavizar as rebeliões nas indústrias, em razão do elevado fluxo de estrangeiros, era percebido como uma exigência. Estes imigrantes eram considerados portadores de "ideias subversivas" para o Brasil, conforme mencionado por Lopreato (1996). O objetivo era desmobilizar o crescente movimento operário.

É também no momento das greves que a principal arma do empresariado e do Estado para lidar com os trabalhadores (ou com a “questão social” como eles diziam) – a repressão – manifestava-se de forma mais visível. Assim é que a repressão aos movimentos grevistas era considerada tarefa das mais importantes da polícia. (Matos, 2009, p.54)

Dada a repressão existente neste período, o jornal "Folha do Povo" enfrenta limitações. Em certas ocasiões, o periódico adverte que seus locais de distribuição podem ser modificados devido a retaliações policiais. No entanto, esses fatores e outros assuntos discutidos pelo periódico não são explicitamente mencionados. Ainda que as ideias, como o ideário anarquista, que o jornal deseja transmitir, muitas vezes são expressas de maneira mais sutil entre as linhas para evitar boicotes policiais.

Além disso, como relatado por Edgard Leuenroth, ao qual esse relato foi publicado em um jornal em 1968, nota-se a perseguição as sedes dos jornais no período, no qual se intensificaram devido à Greve Geral de 1917. Assim, as perseguições e boicotes visavam desestabilizar as organizações de trabalhadores.

Um outro episódio, lembrado na minha palestra com o dr. Mesquita, verificou-se em 1919, ano excepcionalmente agitado do movimento proletário paulistano. Publicava-se então, em edição diária, o jornal libertário A Plebe, cujo aparecimento, sob minha direção, coincidiu com o início da greve de 1917. Certa noite, quando nos encontrávamos à lufa-lufa da preparação do jornal, recebemos informações de que a sede do jornal seria invadida pela polícia. Efetivamente, a redação foi cercada por policiais, que ali permaneceram toda a noite. Alguém, que estivera com a autoridade responsável pela diligência, transmitiu-nos a estranha informação de que a polícia somente invadiria a redação às 6 horas da manhã, isso em respeito a uma determinação legal... Era justificável nossa estranheza, pois, naquele então, os assaltos a sedes sindicais e a domicílio de operários, na calada da

(1907 e 1921), Lei de Acidentes no Trabalho (1919) e Lei de Imprensa (1923). Além de deputado, também foi governador do estado do Rio Grande do Norte entre 1889 e 1890.

noite, estavam na ordem do dia. (Verve, 2017, p. 11).

Nesse contexto, vale enfatizar que o jornal "Folha do Povo" e o "A Plebe" também enfrentaram perseguições e restrições ao passar do tempo, principalmente, devido à atuação de seus editores em greves e comícios. Conforme destacado por Matos (2009), em que ações e organizações realizadas pelos operários eram submetidas à violência policial, pois incitavam greves e boicotes. Desta forma, os jornais com o papel de trazer relatos sobre as condições nas fábricas, com o intuito de promover mobilizações, sofrem com estas perseguições, principalmente os editores dos periódicos.

O jornal "Folha do Povo", teve sua circulação nos anos de 1908 a 1909, sendo distribuído no bairro do Brás em São Paulo, que teve como objetivo as ações diretas. O periódico analisado tem como objetivo conscientizar seus leitores. Ele faz críticas às condições de trabalho e longas jornadas a que os trabalhadores são submetidos. Castro (2014) argumenta que a luta dos trabalhadores visava reduzir a jornada de trabalho e aumentar salários. Além disso, o tempo livre poderia ser usado para melhorar a instrução dos trabalhadores. Com isto posto, o periódico é dividido em artigos, que tem uma temática específica, "Ecos e Notas" é uma seção chave, que reporta a distribuição do jornal e a receptividade dos leitores trabalhadores. Também critica a imprensa, especialmente na forma como abordam temas relacionados aos poderosos.

Além disso, o jornal ressalta a importância do diálogo construtivo e da divulgação de resoluções em congressos operários. Essas atividades são predominantes na região do Brás e também ocorrem no Rio de Janeiro. Há uma parte no jornal que se dedica a relatar sobre acontecimentos no Rio de Janeiro, em que crítica algumas posturas tomadas pelo governo na época em relação a diversos temas, como sobre a empresa Light tratava seus funcionários.

Tendo em vista que um dos objetivos das atuações dos jornais operários era consolidar uma base teórica para os operários (Lopreato, 1996). O periódico apresenta folhetins. Normalmente, os autores desses folhetins estão ligados a romances revolucionários que narram o cotidiano dos trabalhadores, suas lutas por direitos e as difíceis condições de vida. Entre eles, estão Émile Zola e Máximo Gorki. Sendo isto uma outra forma de trazer mais conhecimento para eles, além de mostrar as conquistas em outros países, através de artigos sobre lutas na América Latina e na Europa.

Neste cenário, é importante destacar que o jornal "Folha do Povo" e o "A Plebe" também sofreram perseguições e restrições com o passar do tempo, principalmente, devido à atuação de seus editores em greves e comícios. Como salientado por Matos (2009), onde ações e entidades criadas pelos trabalhadores eram submetidas à violência policial, pois incentivavam greves e

boicotes. Assim, os jornais com a função de trazer relatos sobre as condições nas indústrias, com o objetivo de promover mobilizações, são afetados por essas perseguições. Isso era feito através das obras e denúncias, relatos dos trabalhadores, instigando assim a revolução social.

A educação ocupava um lugar central para os anarquistas, pois defendiam a idéia, de que só a educação garantiria o êxito da revolução social, já que tinha a função de tornar possível o acesso à consciência revolucionária, o autodidatismo popular tinha lugar de destaque nos discursos anarquistas. (Marques, 2012, p 858).

Portanto, os periódicos buscam ressaltar a luta dos trabalhadores, e principalmente possibilitar que o trabalhador possa se informar sobre os acontecimentos que estão ocorrendo no país e no mundo, sobre a perspectiva de operários. Sendo assim, incentivar as mobilizações, para que possa haver maiores chance de haver uma emancipação e uma mudança na sociedade. O período da Primeira República esteve ligado a diversos acontecimentos conflituosos,

Dentro desses fatores, surgem manifestações e organizações visando reivindicar direitos para os trabalhadores fabris. Assim, o avanço do anarquismo no movimento operário, destacado por Batalha (2000), impulsiona mobilizações. O objetivo é conquistar melhores salários, uma jornada de oito horas e condições de trabalho aprimoradas. Porém, o foco principal é a ação direta nas greves, visando à emancipação dos trabalhadores.

Conforme Matos (2009) destacou, estas manifestações evidenciaram as tensões e conflitos de interesse entre operários e patrões. Mais crucial, porém, foi a discussão sobre a falta de amparo aos trabalhadores naquela época, impulsionada pela ausência de legislação sobre o tema. Além disso, algumas das greves dos operários que foram tendo maiores proporções nos centros urbanos, demonstra a necessidade de ter isto como pauta de discussão para todos os setores de trabalho.

Desta forma, foi sendo criado pelos operários melhores maneiras de se organizar para que obtivessem eficácia em suas lutas. Uma das estratégias elaboradas é conscientizar mais trabalhadores, conforme Lopreato (1996). Isso ocorre principalmente devido à forma como visualizavam a emancipação dos trabalhadores. Os comícios e debates eram realizados por sindicatos e jornais independentes, produzidos por alguns operários. Estes serviam para divulgar ideias, associadas a um sindicalismo revolucionário.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Diante das reflexões e análises realizadas sobre a educação anarquista no Brasil, é possível concluir que esta abordagem pedagógica se mostrou multifacetada e profundamente enraizada no contexto social e político da época. Através da investigação dos periódicos "Folha do povo" e "A plebe", foi possível desvelar não apenas a diversidade de perspectivas dentro do movimento anarquista, mas também a influência desses na formação política e educacional dos trabalhadores urbanos.

A heterogeneidade de concepções sobre a educação entre os anarquistas revela não apenas uma riqueza teórica, mas também uma preocupação com a liberdade e autonomia do , pilares fundamentais de sua filosofia. Seja na educação formal, informal ou não- formal, os anarquistas buscavam promover uma aprendizagem que transcendesse os muros da escola, incorporando a experiência cotidiana dos trabalhadores e incentivando a participação ativa na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ademais, ao considerar o anarquismo não como um conjunto desarticulado de ideias, mas sim como um movimento dinâmico e interligado, é possível compreender melhor as nuances e complexidades presentes em suas propostas educacionais. A interconexão entre os pensadores anarquistas e suas experiências práticas contribui para uma visão mais abrangente e contextualizada dessa abordagem pedagógica.

Por fim, este estudo não apenas ressalta a importância de se compreender as relações do anarquismo no contexto da Primeira República brasileira, mas também evidencia a relevância de se explorar as fontes históricas, como os periódicos analisados, para ampliar nossa compreensão sobre as práticas e ideais educacionais desse movimento. Ao reconhecer a diversidade e complexidade da educação anarquista, abrem-se novos horizontes para o debate e a pesquisa nesse campo, contribuindo para uma reflexão mais profunda sobre os desafios e possibilidades da educação emancipatória.

4. FONTES

A PLEBE. São Paulo; 1917-1919. Disponível em: <https://www.ael.ifch.unicamp.br/ael-digital/edgard-leuenroth-el>. Acesso em: 1 out. 2023

FOLHA DO POVO. São Paulo; 1908-1909. Disponível em: <https://www.ael.ifch.unicamp.br/ael-digital/edgard-leuenroth-el>. Acesso em: 1 out. 2023.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A GREVE DE 1917. 31. ed. São Paulo: **VERVE**, 2017. Disponível em:

- <<http://revistas.pucsp.br/verve/issue/view/1921/showToc>>. Acesso em: 4 mar. 2024.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. 1. ed. Bauru-SP: Edusc, 2006.
- BATALHA, Cláudio de M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BATALHA, Claudio de M. Verbete: “Edgard Leuenroth”. In: Abreu, Alzira Alves de (org.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, livro digital.
- BAUER, Carlos; Costa, Marcelo Luiz da. Vestígios históricos da educação anarquista no Brasil. **Revista Lusófona de Educação**, 52, 2021.
- CALSAVARA, Tatiana da Silva e MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Os anarquistas e a educação: as escolas modernas ou racionalistas. 2002, **Anais**. Natal: NAC, 2002. p. 466. Disponível em <<https://repositorio.usp.br/item/002266692>>. Acesso em: 14 mar. 2024.
- CASTRO, Rogério Cunha de. **Nem prêmio, nem castigo! A escola moderna como ação revolucionária dos sindicatos operários durante a Primeira República (São Paulo, 1909-1919)**. 2014. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- FELIX, F. A. **Movimento operário e educação na primeira república: A Prática Libertária**. Diálogos Acadêmicos, v. 1, 2011.
- GALLO, Sílvio. **Pedagogia do risco: experiências anarquistas em educação**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- GHIRALDELLI JR., P. Movimento operário e educação popular na primeira República. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 57, p. 30-38, 1986. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1335>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- GONÇALVES, Aracely Mehl; Nascimento, Maria Isabel Moura. A educação nas folhas do jornal “A PLEBE”: 1917-1919. **UEPG Ci. Hum. Ci. Soc. Apl. Ling., Letras e Artes**, Ponta Grossa, 2008.
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **Adolpho Gordo, Senador da Primeira República: representação e sociedade**. Brasília, Senado Federal, 1989.
- LOPREATO, Christina da Silva Roquette. **O Espírito Da Revolta: A Greve Geral Anarquista de 1917**. 1996. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 – 1930**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

MARQUES, C. A Imprensa libertária: jornalismo operário e resistência anarquista na primeira década do século XX. **Antíteses**, [S. 1.], v. 5, n. 10, p. 855–864, 2013. DOI: 10.5433/1984-3356.2012v5n10p855. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/9680>. Acesso em: 22 mar. 2024.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1. ed. São Paulo-SP: Expressão Popular, 2009.

MORAES, José Damiro de. Escola Moderna nº 1: Estabelecimento de instrução e educação. In: **HISTEDBR**. Coleção "Navegando pela História da Educação Brasileira" . [S. 1.], 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/escola-moderna-n-1>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2015.

SFERRA, Giuseppina. **Anarquismo e Anarcossindicalismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

WOODCOCK, George. Diversas tradições: o anarquismo na América Latina, norte da Europa, Inglaterra e Estados Unidos, In: **História das idéias e movimentos anarquistas- v.2: O movimento**, Porto Alegre, L&PM, 2006.